



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 8, número 3, set.-dez. 2019

PESSOA COM DEFICIÊNCIA: MODOS DE REESCRITURAÇÃO EM UM DOCUMENTO OFICIAL E EM QUADRINHOS DA REVISTA SUPERINTERESSANTE



PERSON WITH DEFICIENCY: MODES OF RE-SPREADING IN AN OFFICIAL DOCUMENT AND IN QUADRINHOS OF THE SUPERINTERESSANTE MAGAZINE

Andressa MARCHESAN
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 30/06/2019 • APROVADO EM 22/01/2020

Resumo

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre a reescrituração da designação “pessoa com deficiência”, a partir da *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* e de três quadrinhos da série intitulada *Um dia na vida de...*, da Revista *Superinteressante*, publicada no dia 28 de setembro de 2016. Buscamos explicitar as diferentes maneiras que a designação “pessoa com deficiência” é reescriturada nos recortes estudados. É a Semântica do Acontecimento desenvolvida pelo linguista Eduardo Guimarães (2002, 2018), que dá sustentação teórico-metodológica para este trabalho. Os resultados apontam que há diferentes reescriturações

relativas à designação *persona com deficiência*, como *indivíduos com deficiência*, *diferente*, *portadores de deficiências múltiplas e graves*, *deficiente*, *alunos portadores de deficiências*, *pessoas que fugiam do padrão de “normalidade”*, *necessidades educacionais especiais* e cada vez que são reescrituradas significam de modo diferente, pois estão relacionadas a um acontecimento enunciativo, a um enunciado, a um texto.

Abstract

In this article, we propose a reflection on the rewriting of the designation “person with disabilities”, based on the *International Convention on the Rights of Persons with Disabilities*, the *National Guidelines for Special Education in Basic Education* and three comics in the series entitled *A day in the life of...*, from the *Superinteressante Magazine*, published on September 28, 2016. We seek to explain the different ways that the designation “person with disabilities” is rewritten in the clippings studied. It is the Semantics of Event developed by linguist Eduardo Guimarães (2002, 2018), which gives theoretical and methodological support for this work. The results show that there are different rewrites related to the designation of *person with a disability*, such *disabled individuals*, *different*, *with multiple and severe disabilities*, *deficient*, *students with disabilities*, *people who ran away from the “normal” standard*, *special educational needs* and each since they are rewritten they mean differently, as they are related to an enunciative event, to a statement, to a text.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência. Reescrituração. Documento oficial. Quadrinhos. Semântica do Acontecimento.

KEYWORDS: Disability. Rewriting. Official document. Search Forums. Semantics of the Event.

Texto integral

Introdução

Neste artigo, apresentaremos um estudo enunciativo da designação “*persona com deficiência*”, a partir da *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* e de três quadrinhos da Revista *Superinteressante*, intitulados *Um dia na vida de...*, publicados no dia 28 de setembro de 2016, para explicitar as diferentes maneiras que essa designação é reescriturada nos textos estudados.

Desenvolveremos essa reflexão a partir do dispositivo teórico e analítico da Semântica do Acontecimento, conforme ela é trabalhada pelo linguista Eduardo Guimarães nos livros: *Semântica: enunciação e sentido* (2018) e *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação* (2002). Tomando alguns dos conceitos trabalhados pelo autor nesses textos, compreenderemos o modo como a

reescrituração relativa à designação “pessoa com deficiência” é significada em nosso *corpus* e como o sentido está agenciado no acontecimento em que ocorre.

Além disso, este trabalho traz à tona reflexões iniciais que serão aprimoradas durante a escritura da tese de doutorado, na qual realizaremos um estudo enunciativo das designações relativas à pessoa com deficiência em documentos oficiais. Para tal, consideramos o que já desenvolvemos na dissertação de mestrado, em que realizamos uma análise discursiva do *Estatuto da Pessoa com Deficiência* e de textos sobre esse documento.

1 Uma historicidade da deficiência

Observamos que os discursos relativos à pessoa com deficiência foram sendo modificados ao longo da história, ou seja, houve um movimento de sentidos, dentre esses sentidos estão os discursos de exclusão, de segregação, os discursos religiosos, médicos, científicos, assistencialistas, integracionistas, inclusivos. Amaral (1995) ressalta que esse movimento de sentidos não ocorreu de uma forma linear, pois eles podem ainda conviver entre si.

O discurso que predominou no início da história foi o de exclusão. Nesse sentido, Silva (1987) comenta que os recém-nascidos eram examinados por uma comissão oficial composta de anciãos e se parecessem feios, disformes e franzinos eram lançados a um abismo, para a morte. Além disso, esses anciãos consideravam ruim, para a criança e para a República, que ela vivesse, visto não ser forte, saudável e rija o suficiente para enfrentar a vida.

Conforme Figueira (2008), entre os séculos XIX e XX, surgiram às primeiras instituições e entidades assistenciais no Brasil. Dentre as instituições criadas, estão o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, que, mais tarde, foi denominado *Instituto Benjamin Constant*, e o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*, mais tarde, denominado *Instituto Nacional de Educação de Surdos* (INES), ambas na cidade do Rio de Janeiro e fundadas pelo Imperador D. Pedro II. Essas instituições tinham como propósito acolher e auxiliar a pessoa com deficiência; mas podem ser compreendidas, na prática social, como um modo segregatório, pois ao retirá-las do convívio social e isolá-las em um espaço específico, se estava delimitando o que a pessoa com deficiência podia dizer, ouvir, compreender do mundo.

Do discurso de segregação passamos ao discurso religioso, sobretudo o discurso constituído na doutrina cristã. Esse discurso ressalta que o homem é “imagem e semelhança de Deus”, sendo Deus perfeito, a perfeição é uma condição de ser, ou seja, ao se determinar a perfeição como condição de homem, aquele diferente, imperfeito, que não se inscrevesse nesse ideal era posto à margem (MAZZOTTA, 2005). “O diferente do preferível é [...] o refutável, o detestável, aquele que se deve evitar” (MENDES; PICCOLO, 2013, p. 289).

Em alguns setores da Igreja Cristã, a deficiência foi vista como um castigo divino, o resultado da “[...] punição atribuída à irresponsabilidade de alguns membros de uma sociedade permissiva” (MARQUEZAN, 2007, p. 81). Em razão

disso, foram realizadas “[...] ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos” (ARANHA, 1995, p. 65). Como afirmam Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011, p. 134), “[...] indivíduos com deficiência [...] eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar”.

O avanço da medicina favoreceu uma leitura organicista da deficiência, ou seja, a visão da deficiência passou de um problema teológico e/ou moral para um problema médico, favorecendo assim uma visão científica (ARANHA, 1995). Essa visão científica e médica têm como base as classificações, as categorias para definir deficiências. Há um “[...] modo de observação – de descrição e de compreensão” (ORLANDI, 1990, p. 95) sobre a pessoa com deficiência, sobre os diferentes tipos de deficiência, ou seja, há um conhecimento mais aprofundado, que é constituído “de objetividade”.

É através do sentido científico e médico que tem início a prática da reabilitação, “[...] no sentido de atender às necessidades da pessoa com deficiência como um todo” (PACHECO; ALVES, 2007, p. 244). É na Inglaterra que foi dado o primeiro passo significativo em direção à reabilitação da pessoa com deficiência, pois, com o término da Primeira Guerra Mundial, foi criada a Comissão Central da Grã-Bretanha, que tinha como objetivo auxiliar na recuperação de pessoas mutiladas e reintegrá-las na sociedade (PACHECO; ALVES, 2007). Em seguida, vem o dizer integracionista, no qual é a pessoa com deficiência que deve se adaptar à sociedade.

A integração está fundamentada na normalização, em “aproximar” as pessoas com deficiência da normalidade, ou seja, quem deve adaptar-se ao meio é o sujeito. A diferença entre a integração e a inclusão reside no fato de que, enquanto a primeira enfatiza o “[...] ‘aprontamento’ do sujeito para a vida na comunidade” (ARANHA, 2001, p. 20), a segunda investe no desenvolvimento do sujeito e na criação de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa com deficiência na sociedade, através de suportes, seja físico, seja psicológico, seja outro ainda.

Na inclusão social, “indivíduo e sociedade mobilizam-se para mudanças” (MARCHESAN, 2017, p. 109), ambos devem agir em conjunto para a inclusão acontecer na prática social, pois há intervenções tanto no processo de desenvolvimento do sujeito quanto no processo de reajuste social (ARANHA, 2001). A inclusão social ressalta que a deficiência não está na pessoa, mas na sociedade, no meio em que vive. Para Aranha (2001, p. 19), inclusão social é um:

[...] processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado.

A inclusão é um processo em aberto, é algo a ser construído conjuntamente e que ainda necessita de planejamento, experimentação porque seu aprimoramento é necessário para as gerações futuras. Em cada momento histórico a humanidade vê a deficiência, a pessoa com deficiência de um modo peculiar, são diferentes olhares ao longo do tempo, sem ser necessariamente algo linear.

2 Sobre acontecimento enunciativo e reescrituração

Nesta seção, mobilizaremos alguns conceitos da Semântica do Acontecimento, que são mecanismos semânticos no funcionamento deste trabalho e explicitaremos as peculiaridades da teoria estudada. Tomamos como referência os estudos de Eduardo Guimarães. Essa abordagem permite trabalhar o enunciado na especificidade de cada documento em análise, bem como a reescrituração e como ela produz sentidos relativos à designação “pessoa com deficiência”.

A semântica pode ser vista “[...] como uma disciplina científica que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p. 13), que estuda a significação da linguagem. A semântica dialoga com a teoria dos Atos de Fala, com a Pragmática, com a Semântica Argumentativa, bem como com a Análise de Discurso praticada no Brasil e que se desenvolve a partir de Michel Pêcheux. A unidade de análise na enunciação é o enunciado, o qual apresenta em seu funcionamento uma consistência interna aliada a uma independência relativa (GUIMARÃES, 2018).

O sentido da palavra não é fixo, ele se constitui em cada enunciado, está relacionado ao acontecimento no qual funciona e o sentido do enunciado está relacionado à sua “integração do texto em que está” (GUIMARÃES, 2018, p. 42), são esses elementos que delimitam o sentido.

O acontecimento da enunciação delimita o sentido de uma palavra ou expressão, pois exige que algo seja relacionado a certa ordem capaz de lhe atribuir significação (GUIMARÃES, 2018). O acontecimento da enunciação “[...] é diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2002, p. 12) e essa diferença ocorre a partir da temporalização. Essa temporalidade é constituída por um presente, por um futuro que “[...] abre o lugar dos sentidos” (GUIMARÃES, 2002, p. 12) e por um passado que se refere à rememoração de enunciações outras. Sem o acontecimento não existe sentido, não existe enunciação. As reescriturações relativas à pessoa com deficiência fazem com que essa designação signifique de outro modo, de acordo com o acontecimento em que ocorre.

No procedimento de análise, devemos buscar enunciados decisivos para o conhecimento de uma “forma” linguística. Para isso, utilizamos dois procedimentos de análise, o primeiro é a sondagem, que encontra um enunciado, enquanto um recorte do acontecimento de enunciação e o explora enquanto elemento deste recorte e integrado ao texto. Conforme Guimarães (2018, p. 76), a noção de recorte advém da Análise de Discurso, por Eni Orlandi, porém ela é reconfigurada no estudo enunciativo sendo definida como “[...] um fragmento do acontecimento da enunciação”.

O segundo modo de análise é por reescrituração, que acontece quando um enunciado “[...] rediz o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2018, p. 85). Isso ocorre quando um elemento do texto retoma outro elemento do mesmo texto, ou ainda, a relação de um enunciado de um texto com enunciados de outro texto.

O processo de reescrituração será relevante neste estudo porque liga pontos de um texto com outros pontos do mesmo texto, um processo que “[...] produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz que ela signifique de outro modo” (GUIMARÃES, 2018, p. 93). No momento em que a forma nominal “pessoa com deficiência” é reescriturada, ela significa de outro modo.

3 Sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

As *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* foi produzida pelo Ministério da Educação no ano de 2001. Esse documento envolve estudos abrangentes relativos à educação especial. Foram utilizados diversos estudos oferecidos à Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, dentre outros, os estudos e trabalhos realizados pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Tendo como base o texto *Referenciais para a Educação Especial*, esse documento apresenta dois temas: 1) Organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e 2) a formação do professor. Dentre os dois temas, utilizamos para a análise somente o primeiro tema. Além disso, esse documento é constituído de diferentes leis que tratam sobre a educação especial, sobre a educação inclusiva das pessoas com deficiência e suas peculiaridades.

4 Sobre a Revista *Superinteressante* e a reportagem a ser analisada

Estamos interpretando a todo instante, somos condenados a isso, sem perceber esse processo, justamente por ele ser um efeito de evidência. Observamos a importância da interpretação, quando estamos construindo um texto, pois sem os gestos de interpretação (ORLANDI, 1996) não é possível fazer recortes de um objeto para realizar uma análise. Há gestos de interpretação ao selecionar um texto e não outro, ao selecionar algumas noções e não outras.

Então, a partir de nosso gesto interpretativo acerca da série de quadrinhos *Um dia na vida de...* da revista *Superinteressante* analisaremos três quadrinhos dos sete presentes na série estudada. Um quadrinho que relaciona a deficiência com a superação; um, que relaciona a deficiência com a aparência, e outro, que evidencia a pena, a compaixão pela pessoa com deficiência, colocando-a como coitada.

Essa série de quadrinhos foi produzida para refletir sobre as atitudes que ofendem e/ou interferem na liberdade individual da pessoa com deficiência. Em cada quadrinho, há em anexo uma reflexão do sujeito enunciativo que produziu esses enunciados sobre o assunto em questão. Esse posicionamento foi designado no plural e abarca um todo, pois o sujeito enunciativo diz em nome de uma

empresa, por isso o uso do pronome possessivo “nosso”. Além dos quadrinhos, a revista traz a descrição de cada quadrinho através da *hashtag* #SuperAcessível.

A Superinteressante não é uma revista dirigida a adolescentes nem uma revista escrita só para adultos, ela foi pensada para leitores de todas as idades. Ela quer dialogar, interessar e instigar a ambos. É uma revista mensal, de interesse geral. A revista conversou com pessoas com deficiência para compreender as situações desconfortáveis que constituíam seu dia a dia – e após essa conversa, desenharam os casos em quadrinhos.

5 Reescrituras relativas à “pessoa com deficiência”

Para investigar como a designação “pessoa com deficiência” é reescriturada nos textos estudados, iniciamos a análise através de um recorte enunciativo do decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, denominado como *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Esse documento oficial e internacional foi tomado como referência para a análise dos demais enunciados. Além disso, tomamos como referência a designação “pessoa com deficiência” por ela ter sido utilizada nesse documento que busca “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009, art. 1). Consideremos o seguinte recorte:

[...] *Pessoas com deficiência* são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as *demais pessoas* (BRASIL, 2009, art. 1, grifos nossos).

A designação “pessoas com deficiência” é reescriturada e definida por “são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. Nesse enunciado do decreto, observamos que há duas designações, a primeira é “pessoas com deficiência” e a segunda é “demais pessoas”.

Na primeira, destaca-se a utilização do substantivo pessoa, pois ele produz um apagamento daquele sentido que qualificava, em outro momento histórico, a pessoa com deficiência como incapaz para exercer seus direitos e deveres, bem como aponta para o sentido de que aquele que tem deficiência possui caráter humano e é singular: “indivíduo considerado por si mesmo; ser humano, criatura [...] 3 caráter particular ou original que distingue alguém; individualidade” (HOUAISS, 2009, s.p.). A deficiência, neste caso, qualifica e constitui o ser humano,

a pessoa, restringe os sentidos, pois não é qualquer pessoa, mas é uma pessoa com deficiência. Essa designação é possível porque o acontecimento enunciativo em que ocorre o decreto está associado ao momento histórico de inclusão.

A segunda designação reescritura “pessoas com deficiência”, pois está lhe significando através da diferenciação entre as demais pessoas e a pessoa com deficiência. Essa demarcação revela uma segregação, pois a pessoa com deficiência e as demais pessoas não pertencem ao mesmo grupo. A pessoa com deficiência está fora do grupo a que pertencem as “demais pessoas”. Um texto que busca ser inclusivo com a pessoa com deficiência aponta, entretanto, através da designação “demais pessoas”, uma segregação. Ou seja, um texto que busca ter uma significação, mas traz enunciados que apontam para uma significação outra.

Ao promover, proteger e assegurar o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, o decreto está demarcando o lugar social da pessoa com deficiência, que não é um lugar de dizer, mas um lugar que é dito por outros que são autorizados para tal dizer. O decreto “diz o que é deficiência, o que deve ser feito e como deve ser feito e quem deve fazer, sem passar pelo sentido e pelo sujeito da deficiência” (MARQUEZAN, 2007, p. 131), ou seja, ele traz à tona um lugar social de dizer legitimado pela autoridade de lei, diz sobre a pessoa com deficiência, significa por ela.

Em seguida, analisamos três recortes enunciativos das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, o primeiro é:

(1) Os *indivíduos com deficiência*, vistos como “doentes” e *incapazes*, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do *diferente* no seio familiar e social, principalmente do *portador de deficiências múltiplas e graves*, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem (BRASIL, 2001, p. 19, grifos nossos).

Tomamos como referência a designação “pessoa com deficiência”, por ela ter sido utilizada na *Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência*, que é um documento oficial e internacional. Podemos observar a partir dessa designação, que há diferentes reescrituras no primeiro recorte, como: “indivíduos com deficiência”, “diferente” e “portadores de deficiências múltiplas e graves”. Essas diferentes reescrituras significam de modos diferentes, produzem sentidos no texto analisado. A designação “indivíduos com deficiência” é reescriturada pelas expressões “doentes” e “incapazes”, elas delimitam a constituição do sentido dessa designação, conjuntamente com as expressões anteriores, pois o parágrafo anterior menciona as práticas sociais segregatórias no acesso à educação em um tempo passado.

A designação “indivíduos com deficiência” reescriturada por “doentes” e “incapazes” tem seu sentido relacionado tanto ao parágrafo anterior quanto aos

seguintes enunciados: “situação de maior desvantagem” e “alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação”. Como afirma Guimarães (2002, p. 28), “[...] o sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto”.

A designação “diferente” é significada através da relação com o enunciado anterior, pois enquanto “indivíduos com deficiência” tem relação com expressões anteriores que ressaltam as práticas sociais segregatórias referentes ao meio educacional que aconteciam em um tempo passado, “ainda hoje” atribui sentido para “diferente”, o que remete a um tempo presente – no caso estudado, o ano de 2001.

A designação “portadores de deficiências múltiplas e graves” é significada pela palavra “principalmente”. Esse modo de reescrever “pessoa com deficiência” reforça a dificuldade de aceitação tanto da família quanto da sociedade em relação àquele que é diferente, mais ainda, se tiver deficiência múltipla e grave. Isso pode ser compreendido através das expressões que constituem esse enunciado. Além disso, destacamos a palavra “portadores” que remete ao portar algo consigo, ou seja, a pessoa porta, carrega consigo uma deficiência múltipla e grave, como se fosse algo que poderia ser abandonado a qualquer momento, o que não acontece com a deficiência, por ela ser uma condição que se dá em um processo.

O segundo recorte a ser analisado é o seguinte:

Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente, a teoria e a prática dominantes relativas ao atendimento às *necessidades educacionais especiais* de crianças, jovens e adultos, definiam a organização de escolas e de classes especiais, separando *essa população* dos demais alunos (BRASIL, 2001, p. 20, grifos nossos).

A designação “necessidades educacionais especiais” é rescriturada pelos enunciados que a antecedem “um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente, a teoria e a prática dominantes relativas ao atendimento”, bem como pelo enunciado posterior “de crianças, jovens e adultos”. A designação “necessidades educacionais especiais” significa a dificuldade de aprendizagem da pessoa com deficiência no âmbito escolar, estabelecendo, assim, a necessidade de um atendimento educacional diferenciado, especial, voltado para a pessoa com deficiência, com o intuito de diminuir suas dificuldades no processo de aprendizagem.

“Essa população” é rescriturada e significada por “necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos”, um modo de redizer, que produz sentido através da reescritura. “Demais alunos” é significada através da oposição em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais. Ambas as formas de designar são rescrituradas por “até recentemente”, demarcando, assim, o tempo, ou seja, em um período anterior a inclusão houve uma separação entre os alunos com deficiência e os alunos sem deficiência. Esse sentido pode ser

compreendido através da integração das palavras analisadas com o enunciado a qual ela faz parte. Ainda, explicitaremos um terceiro recorte das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*:

[...] Essa tendência, que já foi senso comum no passado, reforçava não só a segregação de indivíduos, mas também os preconceitos sobre as *peças que fugiam do padrão de “normalidade”*, agravando-se pela irresponsabilidade dos sistemas de ensino para com *essa parcela da população* [...] Na tentativa de eliminar os preconceitos e de integrar os *alunos portadores de deficiências* nas escolas comuns do ensino regular, surgiu o movimento de integração escolar (BRASIL, 2001, p. 20-21, grifos nossos).

“Pessoas que fugiam do padrão de ‘normalidade’” reescritura a designação “pessoas com deficiência”, além de ser outro modo de dizer, pois não traz a deficiência, mas a diferença do padrão estabelecido pela sociedade como “normalidade”. Essa forma de designar evidencia um momento histórico do passado: a exclusão. Como podemos observar através de “segregação” e de “preconceitos”.

“Essa parcela da população” não significa alunos com deficiência, como no segundo recorte estudado, neste recorte reescritura e significa “pessoas que fugiam do padrão de ‘normalidade’”, um modo de redizer, que produz sentido através da reescritura.

“Alunos portadores de deficiências” é reescriturada e significada por “eliminar os preconceitos” e por “integrar”. Observamos que é um modo de designar que foi muito utilizado quando “surgiu o movimento de integração escolar”, principalmente para ressaltar que o uso naquele momento era “portador de deficiência” e não mais “portador de necessidades especiais”, como vinha sendo dito em um momento histórico anterior. Como podemos observar através da análise, o texto das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* traz à tona diferentes modos de reescrever a designação “pessoa com deficiência”, produzindo, assim, sentidos ao significá-la de outro modo.

Na sequência, analisamos três quadrinhos de uma série da Revista *Superinteressante* que apresentam reescrituras relativas à deficiência e a pessoa com deficiência em distintos contextos. O primeiro quadrinho apresenta uma cena dividida em duas partes; na primeira cena, vemos uma moça cega e um senhor no interior de um metrô, a moça utiliza óculos escuros e uma bengala para facilitar sua locomoção, o senhor mobiliza nesse acontecimento enunciativo uma expressão que costuma ser muito mencionada na prática social relativa à pessoa com deficiência: “que exemplo de superação”. Na segunda cena, o foco que era de corpo inteiro, passa a ser na expressão facial da moça, que demonstra seu estranhamento quanto ao dizer do senhor ao seu lado no metrô.



Dizer que alguém é um exemplo de superação pode até parecer um elogio, mas não é. **Tratar uma pessoa com deficiência como herói ou heroína é presumir que a sociedade pode se isentar da responsabilidade de incluí-la.** Afinal, por essa lógica, ela tem “super poderes”, não é?



Fonte: <<https://super.abril.com.br/comportamento/um-dia-na-vida-de-uma-pessoa-com-deficiencia-fisica/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

Conforme Guimarães (2018), no acontecimento enunciativo é preciso considerar que algo seja relacionado a certa ordem para que haja uma significação. Nesse acontecimento enunciativo, o enunciado “exemplo de superação” foi dito na tentativa de ser algo positivo, contudo passa a ter um sentido negativo, pois pressupõe que uma tarefa da rotina diária de todos é algo a ser superado apenas pela moça cega. Esse acontecimento acontece em uma temporalidade própria, contudo poderia servir de exemplo e acontecer em outro contexto, em outro tempo. A imagem da moça pode ser vista, neste caso, como a significação da pessoa com deficiência, em outras palavras, ela é reescriturada por qualquer pessoa com deficiência que esteja realizando uma atividade cotidiana com independência, como, por exemplo, utilizar o transporte público. São sentidos que circulam e ecoam através da expressão “Caramba, mas eu só tô pegando o metrô! O que tem de superação nisso?”.

O segundo quadrinho apresenta uma cena dividida em duas partes, a primeira cena apresenta uma moça sentada no banco do ônibus e uma senhora carregando sacolas em pé, essa senhora fica irritada ao observar que a moça não levanta para ela sentar-se, o que fica evidente através do enunciado “Você é folgada mesmo, hein?”. Na segunda cena, a moça levanta um lado da sua calça para comprovar que tem uma deficiência física, – conforme ilustra a imagem.



Não existe uma “cara” de pessoa com deficiência e **ninguém precisa provar que tem uma deficiência.**

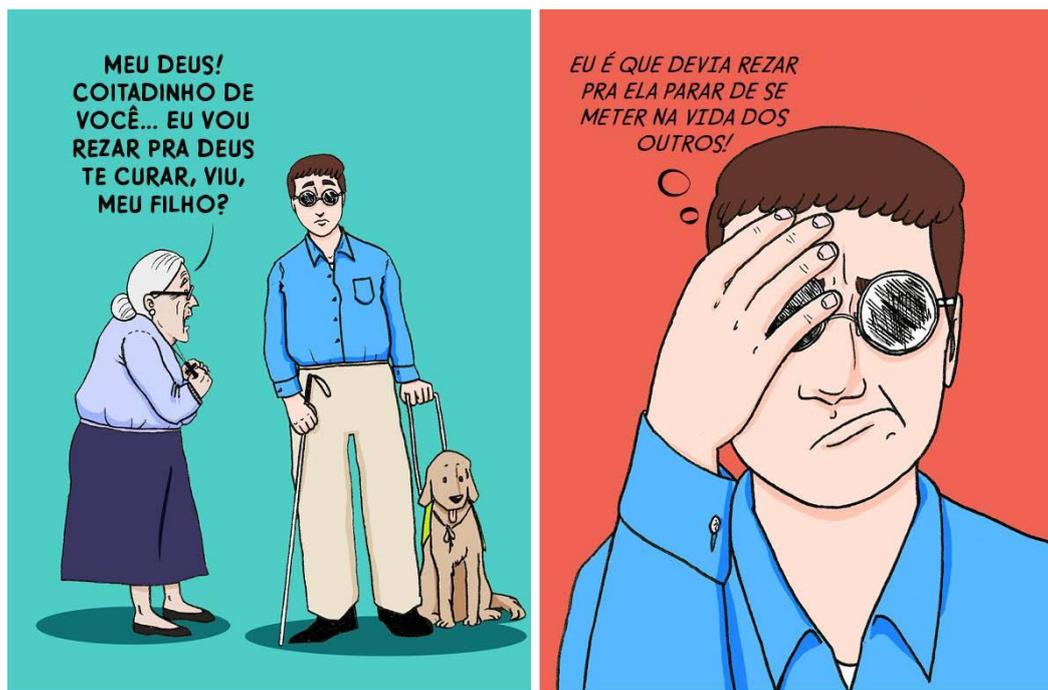
SUPER
INTERESSANTE

Fonte: <<https://super.abril.com.br/comportamento/um-dia-na-vida-de-uma-pessoa-com-deficiencia-fisica/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

Nesse acontecimento enunciativo, a designação relativa à pessoa com deficiência é reescriturada por “cara de deficiente”, como se toda pessoa que tem deficiência tivesse que ter algo que falta e que fosse visível. A moça revela em seu pensamento que a senhora não tem “cara de preconceituosa”. Então, não há “cara” de algo, pois deficiência e discriminação são construções sociais, não possuem um modelo já estabelecido, ao contrário, têm seus sentidos construídos progressivamente.

A reescrituração “cara de deficiente” possui um funcionamento semântico por oposição a “cara de preconceituosa” como um movimento de sentidos contrário, mas, que reforça os mesmos sentidos. São sentidos reforçados pelo uso da expressão “cara”, que significa “aparência, aspecto de algo” (AULETE, 2007, s.p.). Esse sentido de aparência constitui e dá significado para “deficiente” e “preconceituosa”.

O terceiro quadrinho apresenta uma cena dividida em duas partes, na primeira cena, vemos um rapaz usando óculos escuros, em pé, segurando uma bengala na mão direita e um cão-guia na mão esquerda, e uma senhora com um crucifixo nas mãos, essa senhora promete ao rapaz que irá rezar para ele curar-se, o que fica evidente através do enunciado “Eu vou rezar pra Deus te curar, viu, meu filho?”. Na segunda cena, o foco que era de corpo inteiro, passa a ser na expressão facial do rapaz, que demonstra sua indignação quanto ao dizer da senhora.



Quem disse que a pessoa com deficiência é uma coitada? Vale a pena pensar nisso antes de esbanjar pena. Como você se sentiria se alguém promettesse rezar para modificar uma característica sua?



Fonte: <<https://super.abril.com.br/comportamento/um-dia-na-vida-de-uma-pessoa-com-deficiencia-fisica/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

Nesse acontecimento enunciativo, o enunciado “coitadinho de você” traz à tona algo que costuma ser mencionado na prática social relativa à pessoa com deficiência: a pena, a compaixão. Esse sentimento relacionado à oração e ao desejo de cura revela a busca das pessoas em modificar alguém que não se enquadra nos padrões de “normalidade” estabelecidos pela sociedade. O rapaz revela em seu pensamento a sua indignação em alguém querer modificar sua condição, o que já lhe constitui enquanto sujeito, sua deficiência visual, o que fica evidente através do enunciado “eu é que devia rezar pra ela parar de se meter na vida dos outros!”.

O acontecimento enunciativo se dá em uma temporalidade própria, contudo poderia servir de exemplo e acontecer em outro contexto, em outro tempo. A imagem do rapaz pode ser vista, neste caso, como a significação da pessoa com deficiência, em outras palavras, ela é reescriturada por qualquer pessoa com deficiência.

Considerações finais

Como nos propomos inicialmente, buscamos explicitar neste estudo as diferentes maneiras que a designação “pessoa com deficiência” é reescriturada em um recorte da *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, em três recortes das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na*

Educação Básica e em três quadrinhos da série intitulada *Um dia na vida de...*, da Revista *Superinteressante*, levando em consideração que “os diversos modos de redizer o dito produzem relações de sentido” (GUIMARÃES, 2018, p. 89).

Os resultados apontam que há diferentes reescrituras relativas à designação “pessoa com deficiência”, como “indivíduos com deficiência”, “diferente”, “portadores de deficiências múltiplas e graves”, “deficiente”, “alunos portadores de deficiências”, “pessoas que fugiam do padrão de ‘normalidade’”, “necessidades educacionais especiais”, sendo que, cada vez que são reescrituradas, significam de modo diferente, pois estão relacionadas a um acontecimento enunciativo, a um enunciado, a um texto.

Referências

AMARAL, L. A. *Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules*. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 3, nº 2, 1995, p. 63-70. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X1995000200008>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 11, n. 21, 2001. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

AULETE, C. *Dicionário Aulete Digital*. Versão online, 2007. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FERNANDES, L. B., SCHLESENER, A., MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, Curitiba v. 2, p. 132-144, 2011.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Dicionário eletrônico. 2009.

MARCHESAN, A. Discurso sobre a deficiência e algumas possibilidades de sentidos. In: ANAIS DO 5º ENCONTRO DA REDE SUL LETRAS. V. 1, 2017. *Anais...* Caxias do Sul, RS: UCS; Porto Alegre: UniRitter, 2017, p. 107-116.

MARQUEZAN, R. *O discurso sobre o sujeito deficiente produzido pela legislação brasileira*. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MENDES, E. G.; PICCOLO, G. M. Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 1, 283-315, jan./abr. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial. São Paulo: MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2018.

ORLANDI, E. *Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *Acta Fisiátrica*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242- 248, dez. 2007.

Para citar este artigo

MARCHESAN, Andressa. Pessoa com deficiência: modos de reescrituração em um documento oficial e em quadrinhos da revista Superinteressante. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 3, p. 512-526, set.-dez. 2019.

A autora

Andressa Marchesan é doutoranda em Letras – área de concentração: Estudos Linguísticos – pela Universidade Federal de Santa Maria, mestra em Letras – área de concentração: Estudos Linguísticos – pela Universidade Federal de Santa Maria (2019).